

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 009/2003
DE 05-05-2003**

ACTA N.º 009/2003

Data da reunião ordinária: 05-05-2003

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 14,35 horas

Términus da reunião: 20,00 horas

Resumo diário da Tesouraria: 02/05/20031.376.310,29 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Vereadores: Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **catorze horas e trinta e cinco minutos**, ainda sem a presença dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, começando por solicitar aos senhores Vereadores autorização para incluir na ordem de trabalhos os assuntos seguintes, não tendo havido oposição:-----

--- Obras de São Lázaro – Investimentos Imobiliários, Limitada, no Largo Cândido dos Reis. Processos números quatrocentos e sessenta e nove e seiscentos e quarenta e quatro/dois mil e um – Relatório.-----

--- Implementação da fileira de reciclagem de monos nas freguesias rurais – situação da freguesia da Moçarria.-----

--- Seguidamente deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, prestando as seguintes informações:-----

--- Um – Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- Dois – Dia oito de Abril – Participou na Sessão de Abertura do Seminário promovido pelo Sindicato de Professores Licenciados pelas ESE's e Universidades.-----

--- Três – Recebeu, em audiência, munícipes.-----

--- Quatro – Dia nove de Abril – Reuniu-se com o Engenheiro Francisco Horta.-----

--- Cinco – Participou na Tomada de Posse dos Corpos Sociais da Associação Portuguesa de Distribuidores de Água.-----

--- Seis – Participou na reunião do Conselho Municipal de Segurança.-----

--- Sete – Dia catorze de Abril – Manteve um encontro de trabalho com o Secretário Geral da Confederação dos Agricultores Portugueses.-----

--- Oito – Manteve uma reunião de trabalho nos Serviços Municipalizados de Santarém.

--- Nove – Dia quinze de Abril – Recebeu, em audiência, munícipes.-----

--- Dez – Dia dezasseis de Abril – Conferiu posse a: João José Gonçalves Duarte, como

Chefe de Serviços de Limpeza, com efeitos a partir de catorze de Janeiro de dois mil e três; Ricardo Jorge Resendes Carvalho Botelho Pereira, como Engenheiro Técnico Civil de Segunda Classe, com efeitos a partir de trinta de Janeiro de dois mil e três; Nuno Manuel Duarte Hipólito de Sá, como Aferidor de Pesos e Medidas de Segunda Classe (Técnico Profissional), com efeitos a partir de onze de Fevereiro de dois mil e três; Mário Rui de Oliveira Salgueiro, como Técnico de Segunda Classe (contabilidade e Administração), com efeitos a partir de dezassete de Fevereiro de dois mil e três; Angelino dos Santos Filipe, como Tractorista, com efeitos a partir de cinco de Março de dois mil e três; Mário Emanuel Corte Real Pinto Caeiro, como Engenheiro Civil de Segunda Classe, com efeitos a partir de vinte e quatro de Março de dois mil e três e, Laura Maria Ribeiro Guerra, como Técnico de Primeira Classe, da carreira de Engenheiro Técnico Agrário, com efeitos a partir de vinte e quatro de Março de dois mil e três.-----

--- Onze – Concedeu uma entrevista à RTP Regiões, acerca das jazidas com pegadas de dinossauros localizadas em Vale de Meios e Algar dos Potes, na freguesia de Alcanede. -

--- Doze – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- Treze – Dia vinte e dois de Abril – Recebeu, em audiência, munícipes. -----

--- Catorze – Participou na Assembleia Geral do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- Quinze – Dia vinte e três de Abril – Reuniu-se com o Director Geral do Corinthia Hotel.-----

--- Dezasseis – Manteve uma reunião de trabalho com o Coordenador da Biblioteca Municipal de Santarém, Dr. Luís Nazaré. -----

--- Dezassete – Dia vinte e quatro de Abril – Manteve uma reunião de trabalho com os Directores dos Departamentos Administrativo e Financeiro e de Obras Municipais. -----

--- Dezoito – Esteve presente na inauguração das novas instalações do Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém. -----

- Dezanove – Dia vinte e cinco de Abril – Nos Paços do Concelho, procedeu à homenagem a “figuras de Abril”.-----
- Vinte – Na Escola Prática de Cavalaria, esteve presente no almoço comemorativo do Vinte e Cinco de Abril.-----
- Vinte e um – Dia vinte e seis de Abril – Assistiu a dois jogos do Campeonato Nacional de Basquetebol (feminino e masculino).-----
- Vinte e dois – Dia vinte e sete de Abril – Esteve presente num almoço com a Irmandade do Santíssimo Milagre.-----
- Vinte e quatro – Assistiu ao jogo de futebol do Campeonato Distrital da Primeira Divisão (União Desportiva de Santarém – Monsanto).-----
- Vinte e cinco – Dia vinte e oito de Abril – Manteve uma reunião com o Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias e com o Adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente.-----
- Vinte e seis – Reuniu-se com o Engenheiro Fernando Dias.-----
- Vinte e sete – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém.-----
- Vinte e oito – Dia vinte e nove de Abril - Manteve uma reunião com responsáveis do Banco Totta.-----
- Vinte e nove – Esteve presente na reunião do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo.-----
- Trinta – Recebeu, em audiência, munícipes.-----
- Trinta e um – Reuniu-se com o Dr. José Eduardo Carvalho, do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém e com o senhor José Júlio Eloy do PARQUISCALABIS – Parque de Negócios de Santarém, S.A.-----
- Trinta e dois – Reuniu-se com comerciantes no âmbito do Projecto Eco-Comerciante.
- Trinta e três – Dia trinta de Abril – Na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, participou no Encontro com Autarcas Franceses.-----
- Trinta e quatro – Na Escola Superior Agrária de Santarém, participou nas Jornadas

“Repensar o Ensino Agrário, Agarrar o Futuro”.-----

--- Trinta e cinco – Participou na sessão da Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- Trinta e seis – Dia um de Maio – Participou no Vigésimo Sétimo Aniversário da União Desportiva, Recreativa e Cultural Primeiro de Maio.-----

--- Trinta e sete – Dia três de Maio – Esteve presente no almoço realizado pela Sociedade Recreativa e Operária do Vale de Santarém.-----

--- Trinta e oito – Assistiu às finais do Campeonato Nacional de Basquetebol Feminino.-

--- Trinta e nove – Dia quatro de Maio – Esteve presente nas comemorações do aniversário da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Achete.-----

--- Quarenta – Assistiu às finais do Campeonato Nacional de Basquetebol Feminino. ----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – Um – Recordou o protocolo celebrado com o Instituto Nacional de Habitação, para a construção de noventa e cinco habitações sociais no concelho, perguntando em que fase se encontra o processo. Aludiu à construção já iniciada em Vale de Estacas e que, entretanto, está parada devido a dificuldades de espaço. Perguntou se efectivamente existe algum problema com a Escola Prática de Cavalaria relacionado com o terreno. -----

--- Questionou sobre o motivo do atraso das escrituras de transferência dos terrenos para a Câmara Municipal, uma vez que essa é uma das condições do protocolo com o Instituto Nacional de Habitação. -----

--- Face a dúvidas que surgiram com a dimensão dos terrenos perguntou o que já foi feito no sentido de se avançar com a construção nas freguesias onde há terreno disponível.-----

--- Dois – Aludiu novamente ao problema dos autocarros da Rodoviária Nacional, que continuam a utilizar a Rua Duarte Pacheco Pereira. Propôs que seja colocada uma placa proibindo voltar à direita na Rua Vinte e Cinco de Abril, evitando, assim, a prática de alguns motoristas que continuam a utilizar aquele itinerário.-----

--- O **senhor Presidente** aceitou a proposta referindo que a mesma deverá ser remetida ao Departamento de Obras Municipais/Trânsito para que informe sobre a matéria, após o

que deverá ser presente ao Executivo Municipal. -----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – Um – Recordou que, aquando da aprovação do Orçamento para dois mil e três, existiam verbas que não foram desagregadas relativamente a cemitérios, casas mortuárias e requalificação de espaços públicos, tendo ficado definido que essas intervenções seriam assumidas depois da definição de critérios que permitissem saber as prioridades para que a sua distribuição fosse rigorosa e transparente. -----

--- Lembrou que, há cerca de dois meses, o senhor Vereador Manuel Afonso havia informado que estava praticamente concluída a definição de critérios que permitiria saber onde seriam efectuadas as intervenções. Assim, perguntou se essa definição já está concluída e qual a proposta de critérios que permitirá fazer a desagregação das verbas nas três áreas que referiu, tendo em consideração as urgências de cada uma das freguesias. -----

--- Dois – Aludiu à questão do saneamento básico em Alcanhões, referindo que há alguns percursos não concretizados que põem em causa ligações mais amplas. Frisou que se está perante uma degradação do que foi executado e a não conclusão de uma necessidade fundamental para o Concelho. -----

--- Três – Aludiu a uma iniciativa no âmbito do atletismo que, este ano, está a ser organizada pela Junta de Freguesia da Póvoa da Isenta, para o qual a Câmara deliberou atribuir um subsídio. Solicitou informação sobre o pagamento deste subsídio. -----

--- Quatro – Referiu que a resolução do problema das passagens desniveladas poderá ser determinante para o desenvolvimento das freguesias de Vale de Figueira, Alcanhões e Santa Iria da Ribeira de Santarém. -----

--- Perguntou se à Câmara Municipal cabe alguma responsabilidade no que tem que ver com as expropriações e com os prazos não cumpridos para os respectivos concursos. -----

--- O **senhor Presidente** frisou que, neste momento, há obras, não há receitas e há impedimento de recorrer ao crédito pelo que, provavelmente, algumas obras não se vão desenvolver com a rapidez de execução que todos pretendem. -----

--- Referiu que há responsabilidades essenciais de quem tem a gestão do espaço que é a REFER - Rede Ferroviária Nacional, Empresa Pública. Todavia, a Câmara, por reconhecer que havia necessidade de melhorar as condições de vida das populações que utilizam diariamente aquelas passagens, considerou possível assumir algumas das responsabilidades.-----

--- Informou que está a ser articulada com a Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, uma intervenção não apenas na passagem de nível mas também, na Rua adjacente que, neste momento, é a única Rua viável face às obras do Al-Margem.-----

--- O senhor Presidente da Junta foi verbalmente informado de que havia condições para a REFER - Rede Ferroviária Nacional, Empresa Pública assumir a substituição das madeiras se a Câmara assumisse o pavimento.-----

--- Informou ter mantido uma reunião com o senhor Presidente da Junta, onde lhe transmitiu que a REFER - Rede Ferroviária Nacional, Empresa Pública devia assumir tal compromisso por escrito e, por outro lado, autorizar a Câmara a investir no espaço e que haja uma sincronização entre os trabalhos a desenvolver pela REFER - Rede Ferroviária Nacional, Empresa Pública e pela Câmara.-----

--- A finalizar, referiu que, de facto, trata-se de intervenções da responsabilidade da REFER - Rede Ferroviária Nacional, Empresa Pública mas, infelizmente, as Câmaras assumem muitas responsabilidades porque se preocupam com o bem-estar das pessoas. --

--- Relativamente ao subsídio a atribuir à Junta de Freguesia da Póvoa da Isenta informou que a proposta é no sentido de atribuir o mesmo valor do ano anterior, estando em vias de pagamento o subsídio atribuído em dois mil e dois.-----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Um – Na sequência das intervenções verificadas referiu que a habitação social é uma questão que também o preocupa porque é importante resolver os problemas dos mais carenciados. Acrescentou que o facto dos terrenos não estarem em nome da Câmara não é impeditivo do início das obras.-----

--- Confirmou a existência de um problema em Vale de Estacas onde se chegou à conclusão que cerca de cem metros quadrados poderão ser do Ministério da Defesa.-----

--- Foram desenvolvidos contactos com o Ministério da Defesa que fazia depender o desbloquear da situação de um conjunto de condições. -----

--- Assim, uma vez que há área suficiente para a construção dos quarenta fogos, os técnicos irão inverter a implantação dos quatro imóveis. Informou também, que a empresa que venceu o concurso entregou, entretanto, os projectos da especialidade que estão a ser analisados. -----

--- Ainda no âmbito da habitação social, informou que o projecto da casa da Portagem está concluído e há condições para lançar o respectivo concurso. -----

--- Também na Rua Primeiro de Dezembro, junto à Igreja de Marvila, há condições para avançar com concurso para construção de habitação social.-----

--- Relativamente ao problema de trânsito na Rua Duarte Pacheco Pereira, disse considerar importante que a próxima deliberação do Executivo sobre trânsito seja mais global, enquadrando todas as questões levantadas. -----

--- Dois – Informou terem sido contactadas todas as Juntas de Freguesia para saber o ponto da situação relativamente às necessidades e prioridades no âmbito dos cemitérios. Referiu já ter sido feita uma apreciação deste assunto que, oportunamente, será presente a reunião. -----

--- Três – A propósito dos assuntos levantados relativamente à Ribeira de Santarém, referiu que o muro junto à estrada que liga a Ribeira a Alfange está muito degradado pelo que a Câmara está a pensar recuperá-lo e solicitar à REFER - Rede Ferroviária Nacional, Empresa Pública o pagamento uma vez que a sua manutenção é da responsabilidade daquela empresa. -----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Um - Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de vinte e dois de Abril findo a cinco do corrente mês e constantes dos Editais números cinquenta e oito e cinquenta e nove/dois mil e três.

--- Dois - No âmbito da requalificação de espaços públicos informou que o projecto de arranjos de espaços devolutos na Rua Adelaide Félix irá avançar uma vez que os

procedimentos estão concluídos.-----

--- Salientou as dificuldades do Gabinete de Apoio Técnico e também dos técnicos da Câmara em dar resposta a todos os pedidos.-----

--- Aludiu aos projectos do Largo do Rossio, em Pernes e zona verde no Vale de Santarém que são processos que se têm vindo a arrastar, para os quais vão ser lançados concursos.-----

--- Aludiu também a um conjunto de três espaços em São Domingos.-----

--- Referiu que a estratégia que está a ser adoptada é a de avançar com os projectos que já existem, designadamente, o projecto no Largo Glauco Oliveira, em Alcanhões que já tem um financiamento aprovado pela APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo. Outro projecto concluído é o do jardim de Amiais de Baixo que tem algum peso financeiro e que precisa de apoios que não sejam só da Câmara.-----

--- Também se irá avançar com um concurso para um pequeno espaço em Vaqueiros.----

--- Acrescentou que o arranjo exterior do polidesportivo da Romeira também está a avançar.-----

--- Referiu que existe ainda um conjunto de outros espaços que estão em fase de projecto.-----

--- Três – Informou que a passagem desnivelada em Vale de Figueira é a que está em fase mais adiantada prevendo que ainda esta semana a redacção final do anúncio esteja concluída.-----

--- As outras duas passagens desniveladas encontram-se em fase de elaboração do projecto de expropriações.-----

--- O **senhor Presidente** acrescentou que a segunda fase do Projecto Al-Margem está a avançar, havendo uma componente forte de projectos de arranjos exteriores que terão que ser equacionados pela Câmara, inclusive da primeira fase.-----

--- A **senhora Vereadora Luísa Mesquita** solicitou uma informação por escrito relativamente à requalificação dos espaços públicos para poder saber em que fase se

encontram exactamente os diversos projectos.-----

--- Nesta altura entraram na sala os senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, passando a tomar parte na apreciação dos assuntos da presente reunião. -----

--- Senhor **Vereador José Andrade** – Um – Teceu alguns comentários a propósito do Relatório e Contas apresentado na Assembleia Municipal, considerando que os documentos eram diferentes dos apresentados ao Executivo. -----

--- Dois - Referiu que gostaria de dar o seu contributo pessoal para eventual resolução do problema do Teatro Rosa Damasceno. Disse considerar importante a preservação de todo o património com significado para a cidade, pelo que a preservação daquele edifício é importante. Todavia, em seu entender, o mais importante será dar uma funcionalidade àquele edifício que seja decisiva e simbólica para o futuro da vivência da cidade de Santarém.-----

--- A sua preocupação vai no sentido de que o Executivo tenha um projecto concreto para o teatro Rosa Damasceno, com apoios significativos em termos nacionais e locais e que mereça a atenção dos sócios do Clube de Santarém na perspectiva de que o negócio será útil para eles e, também, para a cidade. -----

--- Na sua opinião, um projecto conjunto do edifício do Teatro Rosa Damasceno e do edifício onde se encontra instalado o Departamento de Assuntos Culturais e Sociais poderá constituir um projecto interessante para a cidade, dando-lhe uma funcionalidade que tenha a ver com os pergaminhos históricos e culturais da cidade de Santarém. -----

--- Sugeriu que a Câmara apresente ao Clube outras soluções que possam ter melhor eco em termos negociais, nomeadamente uma proposta de cedência em regime de direito de superfície, por tempo determinado e com condições bem definidas. -----

--- Três – Disse ter sido surpreendido com a notícia da interrupção dos acessos a Alfange sem que o Presidente da Junta tenha sido informado. -----

--- Na sequência desta intervenção, o **senhor Presidente** recordou que, aquando da apreciação do Relatório e Contas na Câmara e face às intervenções havidas os Serviços, de imediato, haviam entregue um conjunto de documentos de substituição que,

posteriormente foram remetidos à Assembleia Municipal.-----

--- A propósito da questão do Teatro Rosa Damasceno, o **senhor Presidente** informou que irá manter, amanhã, uma reunião com o Clube de Santarém onde se irão debater algumas propostas e se conseguir chegar a algum acordo o mesmo será submetido à consideração do Executivo Municipal.-----

--- Recordou que a questão de cedência em regime de direito de superfície já havia sido colocada anteriormente em Assembleia Geral do Clube de Santarém. Por outro lado já no mandato anterior houve negociações onde todas as premissas haviam sido equacionadas tendo inclusive sido elaborada uma proposta de contrato que não chegou a ser assinada -----

--- Em seu entender há valores que devem efectivamente ser preservados mas, também, os dinheiros públicos devem ser salvaguardados, competindo-lhe defender os interesses de todos os munícipes. -----

--- Por outro lado, considerou que a gestão do múltiplos elementos culturais tem que ser integrada e global, independentemente de estarem ou não contíguos do ponto de vista físico.-----

--- Por último, referiu que a dinâmica própria das intervenções na Cidade de Santarém por vezes prejudica a troca de informações entre a Câmara e as Juntas. Todavia o senhor Presidente da Junta poderá sempre contactá-lo ou ao senhor Vereador Manuel Afonso que lhe prestarão os devidos esclarecimentos. -----

--- Senhora **Vereadora Hélia Félix** – Solicitou cópias das propostas apresentadas relativamente aos concursos do boletim informativo e agenda cultural por lhe parecer haver discrepância de valores.-----

--- Perguntou a que título é que um eleito do PS - Partido Socialista na Assembleia Municipal presta serviços à Câmara e estava indicado para prestar esclarecimentos no âmbito destes procedimentos de concurso. -----

--- O **senhor Presidente** referiu que serão entregues à senhora Vereadora Hélia Félix as cópias dos documentos e oportunamente prestará os esclarecimentos solicitados. -----

--- Senhora **Vereadora Idália Moniz** – Um - Dia oito de Abril – Participou na reunião da Direcção do Festival Nacional de Gastronomia na Casa do Campino. -----
--- Dois – Na Casa do Brasil manteve uma reunião acerca da Agenda Cultural.-----
--- Três – Em Lisboa, no Palácio Galveias, assistiu à Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da ARESP - Associação da Restauração e Similares de Portugal. -----
--- Quatro – Dia nove de Abril – Manteve uma reunião com a Engenheira Maria Amélia Dionísio do Instituto Superior Técnico.-----
--- Quatro – Reuniu-se com a equipa do Laboratório de Mineralogia e Petrologia do Instituto Superior Técnico acerca do estudo do fenómeno de degradação da pedra da Igreja de São João de Alporão.-----
--- Cinco – Na casa do Brasil, participou na reunião do Conselho Municipal de Segurança.-----
--- Seis – Dia dez de Abril – Com a Imprensa do Concelho, visitou as jazidas com pegadas de dinossauros na freguesia de Alcanede.-----
--- Sete – Dia onze de Abril – Participou no programa da SIC, “Às duas por três”.-----
--- Oito – Dia doze de Abril – Em Pegões, participou na Festa da Quinta da Foz. -----
--- Nove – Participou no “Baile dos Avós”, na freguesia de Vaqueiros. -----
--- Dez – Dia treze de Abril – Assistiu ao Concerto de Música de Câmara, que se realizou na Igreja Paroquial de Santa Margarida de Abrã. -----
--- Onze – Dia quinze de Abril – Assistiu à reunião da Câmara Municipal de Fafe, onde foram analisados os Estatutos da Fundação do Descobrimento do Brasil.-----
--- Findo o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) DIVERSOS**-----

--- Foi presente a **Informação do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, acerca do funcionamento dos estabelecimentos de bebidas com música ao vivo, “Discotecas”, existentes no Município de Santarém, do seguinte teor: -----

--- “Em cumprimento do solicitado pelo Senhor Presidente em reunião de Câmara de dez de Março do presente ano, a respeito do funcionamento das discotecas instaladas em Santarém, cumpre-me informar o seguinte: -----

--- **Um** - Das discotecas instaladas em Santarém, encontram-se em funcionamento a “Via In”, ex “Nacional Três”, “B’Art Club”, ex “Mercado do Álcool”, “F.R.A.”, ex “Arenas”, ex Bravíssima e ex “Olé-Olé”, e “Doutores e Engenheiros”, tendo deixado de funcionar a discoteca “Clube H”, instalada no pavilhão do “Futuro”, no Campo Infante da Câmara; -----

--- **Dois** - A discoteca “Via In” tem licença de utilização emitida pela Câmara Municipal de Santarém, em dez de Abril de mil novecentos e noventa e sete, tendo, no entanto, sido objecto de obras de alteração, cujo licenciamento foi pedido em dez de Outubro de dois mil e dois; -----

--- **Três** - O novo pedido de licenciamento não foi, até à presente data, deferido, tendo, no entanto, sido executadas as obras e reiniciado o funcionamento do estabelecimento, o que levou a que, em onze de Outubro de dois mil e dois, fosse realizada uma vistoria à discoteca a fim de verificar as condições de funcionamento da mesma e a conformidade com o projecto aprovado; -----

--- **Quatro** - De acordo com o resultado dessa vistoria, o senhor Vereador do urbanismo proferiu despacho de cessação da utilização do estabelecimento em dois de Abril de dois mil e três, na sequência da minha informação de vinte cinco de Março de dois mil e três;

--- **Cinco** - A discoteca, recentemente designada por “B’Art Club”, não tem licença de utilização, estando a funcionar desde mil novecentos e noventa e sete, primeiro com a designação de Bar “Boa Vaeila” e, posteriormente, com o nome de “Mercado do Álcool”, tendo sido objecto de vistoria em três de Dezembro de mil novecentos e noventa e seis, segundo a qual o estabelecimento reunia condições de utilização para bar, na sequência de obras realizadas e licenciadas pela Câmara Municipal; -----

--- **Seis** - Sobre o auto de vistoria não viria, todavia, a ser proferido qualquer despacho, presumivelmente devido a reclamações dirigidas à Câmara e à DRAOT LVT - Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território - Lisboa e Vale do Tejo sobre a incomodidade provocada pelo ruído produzido pela discoteca; -----

--- **Sete** - Na sequência da minha informação de quatro de Abril de dois mil e três, em que fazia o ponto da situação do pedido de licenciamento do estabelecimento, o senhor Vereador viria a proferir despacho de instauração de processo de contra-ordenação e notificação dos proprietários de cessação da utilização do mesmo; -----

--- **Oito** - A discoteca “F.R.A.”, instalada na Praça de Touros “Celestino Graça”, possui licença de utilização emitida pela Câmara em dezanove de Maio de mil novecentos e noventa e quatro, condicionada à instalação de sistema de segurança contra risco de incêndio, tendo, para o efeito, sido apresentado o respectivo projecto que mereceu o parecer favorável do Serviço Nacional de Bombeiros; -----

--- **Nove** - Sobre este estabelecimento apenas há conhecimento de uma participação da Polícia de Segurança Pública, em dezasseis de Maio de dois mil e um, sobre uma fiscalização feita ao local, faltando apurar se as actuais condições de utilização estão em conformidade com os requisitos exigidos pela nova legislação sobre este tipo de estabelecimentos, designadamente no que se refere à capacidade do estabelecimento. --

--- **Dez** - A discoteca “Doutores e Engenheiros”, instalada no Campo Infante da Câmara, está a funcionar sem licença, tendo sido proposto a cessação da utilização da mesma logo que tive conhecimento do seu funcionamento e de reclamações sobre a incomodidade causada pela mesma.” -----

--- Após uma troca de impressões, a Câmara deliberou, por unanimidade, notificar todos os proprietários para regularizar a situação no prazo de quinze dias.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- De **MARIA ASSUNÇÃO PEREIRA SILVA PEDROSO**, residente na Rua do Monte, Páteo Vila Silva, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, solicitando aprovação

do projecto final, para reconstrução de um edifício de dois pisos, na rua da sua residência. (**Zona Especial de Protecção da Igreja de Nossa Senhora do Monte**). ----

--- Tendo o projecto de arquitectura sido aprovado em reunião de dois de Dezembro do ano findo com os pareceres favoráveis da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, Instituto Português do Património Arquitectónico e Divisão dos Núcleos Históricos, e apresentados os respectivos projectos de especialidades encontram-se reunidas condições para aprovação do projecto final. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto final do processo em causa, emitindo-se posteriormente o alvará de construção das referidas obras. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz. -----

--- **TEMAS PARA CONHECIMENTO**-----

--- Foi presente a **informação número catorze/dois mil e três**, do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, sobre as Obras de São Lázaro – Investimentos Imobiliários, Limitada, no Largo Cândido dos Reis. (Processos números quatrocentos e sessenta e nove/dois mil e um e número seiscentos e quarenta e quatro/dois mil e um – Relatório), do seguinte teor: -----

--- *“Em cumprimento do solicitado pelo Senhor Presidente em reunião de Câmara de sete de Abril do presente ano, a respeito das obras em epígrafe, venho dar conhecimento do resultado da vistoria realizada às mesmas nesta data pela Comissão de Vistorias.*-----

--- **UM** - Empreendimento comercial e habitacional – Processo número quatrocentos e sessenta e nove/dois mil e um. -----

--- **a) Cércea**-----

--- *Estão concluídas a estrutura e a cobertura do edifício, em conformidade com o projecto aprovado, relativamente ao número de pisos e altura das fachadas.*-----

--- **b) Altura da construção** -----

--- A obra está em conformidade com o projecto aprovado a respeito da altura da construção, medida desde a cota média do terreno até à parte mais alta do edifício. ----

--- **c) Alinhamentos** -----

--- Quer em relação à Avenida António dos Santos, quer em relação à Rua Pedro Santarém e Largo Cândido dos Reis foram respeitados os alinhamentos previstos no projecto aprovado, confirmando-se a informação oportunamente prestada sobre este aspecto na sequência de dúvidas suscitadas em reunião de Câmara. -----

--- De notar que o alinhamento segue o plano marginal marcado pelos edifícios existentes e que as caves ocupam todo o espaço anteriormente existente junto à Avenida, ficando para o domínio público o espaço situado à superfície, em frente do edifício, para alargamento da avenida. -----

--- **d) Ocupação do espaço do domínio público** -----

--- A ocupação de espaço do domínio público para instalação do estaleiro foi previamente autorizado pela Câmara, tendo já sido libertado parte desse espaço na Av. António dos Santos, permitindo a circulação nos dois sentidos e a criação de um passeio provisório para peões.-----

--- Tem-se, no entanto, registado alguns problemas decorrentes da ausência de uma passagem de peões frente ao Largo Cândido dos Reis e da frequente utilização de parte da via para estacionamento de veículos para betonagens e descargas de materiais, tendo solicitado ao Engenheiro responsável pela direcção da obra para corrigir tal situação há já algum tempo, estando em apreciação um pedido de alteração da área de ocupação de espaço público para resolução de tais problemas. -----

--- **e) Segurança** -----

--- No que respeita à salvaguarda das condições de segurança da obra em relação aos transeuntes, tem havido a preocupação de garantir a máxima segurança das pessoas e bens, sendo, no entanto, certo, que nem sempre há essa garantia, sobretudo quando ocorrem manobras de veículos pesados afectos à obra que estacionam do lado do Largo

Cândido dos Reis, apesar da vigilância exercida pela Polícia de Segurança Pública, situação para a qual já se chamou a atenção, conforme referido anteriormente.-----

--- Na fase em que se encontram actualmente as obras não é de esperar que tais problemas subsistam, mas continuaremos a fazer diligências no sentido de serem melhoradas as condições de segurança dos transeuntes junto à obra. -----

*--- **DOIS** - Edifício de comércio e escritórios – Processo número seiscentos e quarenta e quatro/dois mil e um. -----*

*--- **a) Cércea**-----*

--- Estão concluídas a estrutura e a cobertura do edifício, em conformidade com o projecto aprovado, relativamente ao número de pisos e altura das fachadas.-----

--- De notar que a parede que se leva acima do último piso, na cobertura, com vista para o Largo Cândido dos Reis, tem apenas a função de remate da fachada e de protecção na cobertura.-----

*--- **b) Altura da construção** -----*

--- A obra está em conformidade com o projecto aprovado a respeito da altura da construção, medida desde a cota média do terreno até à parte mais alta do edifício.-----

*--- **c) Alinhamentos** -----*

--- Quer em relação à Rua Pedro Santarém, quer em relação ao Largo Cândido dos Reis foram respeitados os alinhamentos previstos no projecto aprovado, confirmando-se a informação oportunamente prestada sobre este aspecto na sequência de dúvidas suscitadas em reunião de Câmara. -----

*--- **d) Ocupação do espaço do domínio público** -----*

--- A ocupação de espaço do domínio público para instalação do estaleiro foi previamente autorizado pela Câmara, tendo havido o cuidado de deixar espaço para circulação dos peões com a devida protecção. -----

*--- **e) Segurança** -----*

--- Devido ao espaço limitado destinado a estaleiro, houve necessidade de, por vezes, fazer a passagem de materiais do lado oposto da Rua para a obra, tendo havido o

cuidado, segundo foi dito pelo director da obra, de interromper o trânsito temporariamente. De qualquer modo, está a equacionar-se a possibilidade de aumentar a área do estaleiro de modo a evitar tais interrupções do trânsito e a não pôr em perigo a segurança das pessoas e bens.” -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Soares Cruz e Manuel Afonso. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **GRUPOS DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE – RATIFICAÇÃO –**

Foram presentes cartas do Grupo de Dadores Benévolos de Sangue de Alcanhões e do Grupo de Dadores de Sangue de Achete, solicitando apoio financeiro para comemoração dos respectivos aniversários -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os despachos do senhor Presidente, atribuindo subsídios no montante de mil euros a cada um dos grupos atrás mencionados.

--- Ainda a propósito deste assunto, foi presente a informação número dezasseis, de vinte e quatro do mês findo, do **Adjunto do senhor Presidente**, do seguinte teor:-----

--- “(...) Nos termos da alínea b) do número quatro, Artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, “compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra”.-----

--- Neste sentido e considerando que regularmente os Grupos de Dadores de Sangue do Concelho realizam anualmente actividades para comemorar o seu aniversário, incluindo impreterivelmente a recolha de sangue, efectuada por técnicos do Instituto Português do Sangue, bem como o tradicional almoço convívio com os dadores e entidades oficiais convidadas, aos quais são oferecidas lembranças comemorativas do evento.-----

--- Considerando ainda o elevado contributo dos Grupos de Dadores Benévolos de Sangue com as instituições de Saúde e a sua missão de Solidariedade Social, proponho à superior consideração de Vossa Excelência que a todos os Grupos do Concelho, seja atribuída uma participação anual de mil euros a ser entregue aquando da realização da actividade por ocasião do seu aniversário ou recolha de sangue”. -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, emitido em trinta do mês findo, concordando com o proposto na informação atrás transcrita. -----

--- Não se encontravam na sala os senhores Vereadores Manuel Afonso e Soares Cruz. -

--- **ZONAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO CONCELHO DE SANTARÉM – PONTO DA SITUAÇÃO** – Pelo **Consultor Economista**, Dr. Francisco Monteiro Pereira, foi presente o documento em epígrafe, que identifica alguns problemas e estrangulamentos existentes nas zonas de desenvolvimento económico de Santarém, ficando o referido documento anexo à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** levantou algumas dúvidas sobre a Zona de Desenvolvimento Económico de Alcanede e teceu algumas considerações sobre a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** considerou importante o documento em apreço e disse subscrever algumas das afirmações feitas pelo Dr. Francisco Pereira felicitando-o pela análise efectuada. -----

--- Propôs que o documento seja remetido à Assembleia Municipal para conhecimento. -

--- O senhor **Vereador José Andrade** considerou o documento bastante sintético, objectivo e uma boa autocrítica da Câmara Municipal de Santarém. Seguidamente colocou algumas questões relacionadas com o assunto. -----

--- O **senhor Presidente** salientou a qualidade do documento e prestou os esclarecimentos solicitados. -----

--- A Câmara tomou conhecimento da informação prestada pelo Dr. Francisco Pereira, devendo dar-se conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal de Santarém. -----

--- **REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SANTARÉM (QUINTA DO MOCHO)** – Foi presente a informação número trinta e

nove, de um do mês findo, prestada pelos senhores **Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano**, Engenheiro Mário Rebelo, **Consultor Economista**, Dr. Francisco Pereira e **Secretário do Vereador do Pelouro de Urbanismo**, Dr. Ricardo Brás, que a seguir se transcreve:-----

--- “O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santarém, localizada na Quinta do Mocho, foi publicado no Diário da República, II Série, número duzentos e oitenta e seis, de treze de Dezembro de mil novecentos e noventa.-----

--- Passados mais de doze anos sobre a entrada em vigor deste instrumento de planeamento urbanístico, verifica-se que existem algumas discrepâncias e indefinições que urge corrigir e clarificar, essencialmente através de alterações a introduzir no regulamento e na planta de síntese do Plano de Pormenor. -----

--- A nova planta irá contemplar todas as situações existentes, incluindo as edificações mais recentes e as que se encontram ainda em construção (como é o caso do novo canil e gatil e da fábrica de processamento de carnes do grupo SONAE). Na nova proposta de regulamento ter-se-á em conta a regularização e clarificação de alguns casos que careciam de um enquadramento sem margens para dúvidas. -----

--- Deve referir-se que os serviços municipais competentes têm vindo já a trabalhar na elaboração das novas propostas de regulamento e planta, esperando-se que essas propostas possam ser apresentadas à Câmara Municipal até finais de Maio de dois mil três.-----

--- Dado que a decisão de revisão dos instrumentos de planeamento territorial e urbanístico é uma competência da Câmara, propõe-se que a mesma delibere proceder à alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santarém (Quinta do Mocho), a

fim de se poder avançar com o processo, em obediência à legislação aplicável à alteração do Plano de Pormenor”. -----

--- A planta a que se refere a informação atrás transcrita fica anexa à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Joaquim Neto, deliberou, por unanimidade, proceder à revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santarém, conforme preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Soares Cruz e Idália Moniz. -----

--- **INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E AO INVESTIMENTO – CANDIDATURA DA EMPRESA ECO-SOROS, TRANSFORMAÇÃO DE SOROS LÁCTEOS, S.A. – PEDIDO DE PARECER RELATIVO A BENEFÍCIOS FISCAIS** – Pelo Dr. Francisco Pereira foi presente o

seguinte parecer sobre a concessão de benefícios fiscais à Empresa em epígrafe:-----

--- “Em resposta ao solicitado pelo Senhor Presidente e no sentido de dar resposta ao solicitado no ofício dois mil trezentos e setenta e cinco de quatro de Abril de dois mil e três, IAPMEI - Instituto de apoio às Pequenas Médias Empresas e ao Investimento, informo o seguinte: -----

--- Ao longo do ano dois mil e um foram desenvolvidos contactos entre a ECO-SOROS, S.A. e a Câmara Municipal de Santarém, no sentido de esta empresa se poder vir a instalar no Concelho. -----

--- Na correspondência trocada entre as duas entidades é ventilada a possibilidade de cedência de um terreno por parte da Câmara na Zona Industrial de Santarém na Quinta da Mafarra ou noutra área que viesse a ser indicada. -----

--- No entanto, nunca veio a ser formalizada qualquer cedência ou venda de terreno por parte da Câmara à ECO-SOROS, S.A.-----

--- Já em vinte e dois de Novembro de dois mil e um, através do ofício treze mil quinhentos e vinte e oito, o IAPMEI havia formulado idêntico pedido de parecer ao agora solicitado no ofício de quatro de Abril de dois mil e três, atrás referido.-----

--- Sobre esse ofício de dois mil e um foi prestada informação pelo Director do Departamento Administrativo e Financeiro, informando que não se conhecia qualquer compromisso entre a Câmara e a ECO-SOROS sobre a cedência de terreno para esta empresa. -----

--- Na apresentação sumária que foi feita do projecto ECO-SOROS, através de uma simples folha A quatro, datada de vinte e sete de Abril de dois mil e um pode concluir-se que, nesta data, o projecto era, ainda apenas uma intenção. -----

--- O objectivo básico da ECO-SOROS, segundo essa apresentação sumária, será o tratamento de soros e efluentes de queijarias e julgo que a localização em Santarém estaria relacionada com a futura fábrica de queijo da LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A. -----

--- No entanto em contacto com o Engenheiro que tem acompanhado o processo por parte da LACTOGAL, fui informado que a futura fábrica de Santarém terá uma unidade de tratamento com capacidade para tratar o soro próprio, bem como o de outras unidades que queiram recorrer a ela. -----

--- Em face do exposto, julgo que o projecto da ECO-SOROS, no que respeita ao investimento mencionado para Santarém, não reúne as condições para que o pedido de benefícios fiscais (nos termos do Decreto-Lei quatrocentos e nove/noventa e nove, de quinze de Outubro), possa ser presente à Assembleia Municipal. De facto, tanto quanto pude apurar, trata-se apenas de uma intenção que, desde dois mil e um, não teve avanços concretos. Isto, repito, pelo menos no que diz respeito ao investimento previsto pela ECO-SOROS para o Concelho de Santarém”.-----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, informar o IAPMEI de que o projecto da ECO-SOROS, Transformação de Soros Lácteos, S.A., no que

respeita ao investimento para Santarém não reúne as condições para que o pedido de benefícios fiscais possa ser presente à Assembleia Municipal.-----

--- **PROPOSTA DE VALOR PARA ARRENDAMENTO A TÍTULO PRECÁRIO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA A RODOVIÁRIA DO TEJO**

– Foi presente um estudo prévio apresentado pela Rodoviária do Tejo, S.A., para a instalação de posto de abastecimento de combustíveis numa parcela de terreno situada junto à Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém. -----

--- Sobre o assunto, o **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Relativamente ao solicitado sou de parecer que o estudo prévio se poderá aprovar, tudo em atenção aos contactos prévios estabelecidos e o facto de se tratar da instalação temporária do posto de abastecimento de viaturas da Rodoviária do Tejo.-----

--- Deverá no entanto, obter-se o parecer do Departamento de Obras Municipais (Divisão de Trânsito) a respeito do mesmo estudo, em especial no que se refere ao estabelecimento do acesso a partir da ex-Estrada Nacional cento e catorze”.-----

--- Na sequência deste parecer, a **Divisão de Equipamento e Trânsito** informou: -----

--- “Da análise ao processo de instalação de um posto de abastecimento de combustíveis na parcela de terreno municipal junto à Estrada Nacional cento e catorze na zona industrial cumpre-nos informar:-----

--- UM – O lote de terreno situa-se na zona do nó viário da ligação da Rua do Matadouro Regional à Estrada Nacional cento e catorze. -----

--- DOIS – Por este facto, em termos de segurança, os acessos ao interior do lote são de difícil concretização, pelo que em definitivo não seria recomendável a instalação deste tipo de equipamento naquele local. -----

--- TRÊS – No entanto, dado tratar-se de um abastecimento à própria frota somos a admitir que o movimento da entrada e saída de viaturas será reduzido se comparado com os postos de abastecimento abertos ao público.-----

--- QUATRO – Nestas condições e considerando ainda tratar-se de uma situação provisória somos de parecer que seja viável a sua instalação condicionado no entanto a que as entradas e saídas se façam sempre na mão, bem ainda que o local de entrada se situe no topo Nascente do Lote (local mais afastado do nó viário) e a saída no topo Poente”.....

--- O **Director do Departamento Administrativo e Financeiro** informou também:-----

--- “Trata-se de uma parcela de terreno que pertence à Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém que está integrado na zona de protecção da Estrada Nacional cento e catorze. -----

--- Por este facto não tem qualquer discricção matricial autónoma. Assim, solicito ao Gabinete de Assuntos Jurídicos (Dr. Luís Morgadinho) que informe qual o procedimento a seguir e, à comissão de avaliação de Património qual o valor mensal que deve ser estipulado por metro quadrado de ocupação”. -----

--- Na sequência desta informação, o **Consultor Jurídico**, Dr. Luís Morgadinho, prestou a informação número vinte e oito, de dezassete de Março último, do seguinte teor:-----

--- “Sobre o processo, acima, identificado, tal como foi solicitado pelo senhor Vereador, senhor Engenheiro Joaquim Neto, cabe informar, sucintamente, o seguinte: -----

--- A instalação provisória de um posto de abastecimento de combustíveis, privativo da Rodoviária do Tejo, é possível, na esteira da posição do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, se bem que sujeita a condicionalismos particulares, como sejam, a entrada e saída de veículos. -----

--- Trata-se, todavia, de matéria que envolve a consulta de diversas Entidades e, entre elas, o parecer da Direcção Geral de Energia ou Ministério da Tutela quanto às condições de funcionamento e localização. -----

--- Além disso, no tocante à Câmara Municipal, parece-nos não ser possível a constituição do direito de superfície sobre a parcela de terreno em causa e sua transmissão a favor daquela Empresa, a confirmar-se, como informa o Departamento de

Gestão Urbanística e Ambiente, “...que de acordo com plano de pormenor da zona industrial, tal parcela não está constituída como lote para construção...”. -----

--- Sem prejuízo da intervenção de outras Entidades, como, acima, enunciamos, tal facto não impede que se concretize, no plano jurídico a ocupação do espaço por parte da Rodoviária do Tejo, a título provisório, para o fim assinalado, mediante, por exemplo, arrendamento ou concessão, a título precário”. -----

--- A **Comissão de Avaliação do Património Imobiliário Municipal** prestou a informação número três, de dois do mês findo, que a seguir se transcreve: -----

--- “(...) O terreno, localiza-se junto à Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém, estando inserido na Zona de Protecção da Estrada Nacional cento e catorze. --

--- **AVALIAÇÃO PELO MÉTODO DIRECTO**-----

--- Tendo em conta os valores de mercado para a venda de lotes industriais, que se cifram em cinquenta euros por metro quadrado, e considerando que a renda mensal representa um factor de capitalização de cinco por cento ao ano do valor do terreno, obtém-se para o arrendamento o seguinte valor:-----

--- (cinquenta euros por metro quadrado vezes cinco por cento/doze meses igual a zero vírgula vinte e um euros por metro quadrado por mês”.-----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** voltou a informar:-----

--- “Relativamente às condições de funcionamento e localização do posto de abastecimento de combustíveis da Rodoviária do Tejo e da necessidade de consultar o Ministério da Economia – Direcção Geral de Energia, cumpre-me informar que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei número duzentos e sessenta e sete/dois mil e dois, de vinte e seis de Novembro, em dez de Janeiro de dois mil e três, é da competência das Câmaras Municipais o licenciamento dos postos de abastecimento de combustíveis não localizados em redes viárias regional e nacional.-----

--- Assim, dado que o referido posto se situa junto a ex-Estrada Nacional cento e catorze, o qual não faz parte das redes viárias nacional e regional, em resultado da sua

transferência para a Câmara Municipal, compete à Câmara Municipal de Santarém autorizar a instalação do referido posto. -----

--- A instalação e autorização de postos de combustíveis é regulamentada pela Portaria número cento e trinta e um/dois mil e dois, de nove de Fevereiro, não existindo, no caso em discussão, qualquer impedimento para autorização do posto de abastecimento de combustíveis no local proposto”. -----

--- A Câmara, face às informações atrás transcritas, deliberou, por unanimidade, autorizar a instalação do posto de abastecimento de combustíveis para a Rodoviária do Tejo, S.A., mediante arrendamento a título precário de parcela de terreno, no montante de vinte e um cêntimos por metro quadrado por mês, por dois anos, renovável automaticamente por períodos de um ano, devendo a empresa no caso de não renovação ser notificada com seis meses de antecedência.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Hélia Félix e José Andrade. -----

--- **TRÂNSITO – RESERVA DE LUGAR PARA CARGAS E DESCARGAS – PEDIDO DE ISUVOL – IMPORTAÇÃO & COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTO, LIMITADA** – Foi presente uma carta da empresa em epígrafe, solicitando a reserva de um lugar de estacionamento para cargas e descargas, frente à respectiva loja, sita na Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, número dezassete nesta cidade.

--- Sobre o assunto o **Departamento de Obras Municipais** informou:-----

--- “O local insere-se numa zona fortemente residencial, onde se verifica elevada carência de lugares de estacionamento para residentes. -----

--- Em troca de impressões com o requerente, este referiu que os veículos necessitam de entrar dentro da loja para se proceder à montagem de pára-brisas, manobra impossível de realizar com os lugares de estacionamento ocupados. -----

--- Referiu ainda aceitar que a reserva do lugar se observe apenas no horário laboral.----

--- Nestes termos nada temos a opor ao pedido de reserva de um lugar de estacionamento no período entre as nove e as dezanove horas, fora do qual o lugar ficará disponível para o livre estacionamento, devendo ser colocada a sinalização vertical e horizontal adequadas”. -----

--- Após alguma troca de impressões, a Câmara deliberou, por unanimidade, reservar um espaço para cargas e descargas das nove às dezanove horas, na Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, para utilização por todos os comerciantes e reanalisar o pedido da empresa ISUVOL – Importação & Comércio de Peças e Acessórios Auto, Limitada. -----

--- **PRESCRIÇÃO DE RENDAS EM DÉBITO EM NOME DE JOÃO ANTUNES NUNES ALBERTO – BAIRRO MUNICIPAL DE VALE DE ESTACAS** – Pela Técnica Superior de Educação Social Estagiária, Sandra Pinheiro, foi presente a informação número duzentos e setenta e sete, de cinco de Março último, do seguinte teor:

--- “João Antunes Nunes Alberto, titular do Alvará de Licença de Ocupação do fogo supra indicado, com rendas em débito desde Abril de mil novecentos e oitenta e quatro, procedeu, no passado dia dezanove de Fevereiro, ao pagamento das rendas referentes aos anos de mil novecentos e noventa e nove e dois mil. -----

--- Segundo informação do Gabinete de Assuntos Jurídicos e de acordo com o Artigo trezentos e dez, alínea B do Código Civil, “as rendas devidas pelo locatário prescrevem no prazo de cinco anos”. -----

--- Assim e face ao exposto, as rendas em débito, entre os anos de mil novecentos e oitenta e quatro e mil novecentos e noventa e sete, em nome de João Antunes Nunes Alberto já prescreveram, propondo-se por isso a anulação das guias”. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Manuel Afonso, deliberou, por unanimidade, proceder à anulação das guias, conforme proposto na informação atrás transcrita. -----

--- **ANULAÇÃO DE GUIAS** – Pela Técnica Superior de Educação Social Estagiária, Sandra Pinheiro, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi

presente a informação número trezentos e setenta e quatro, de dezanove de Fevereiro último, do seguinte teor: -----

--- “...fomos informados da entrega da chave da fracção BG – lote nove sexto esquerdo, na Rua Aquilino Ribeiro, atribuída ao agregado Familiar de Rui Manuel Trindade Mendes Corte, com contrato de arrendamento emitido a um Janeiro de dois mil e três. --

--- Relativamente a este processo verifica-se que estando o contrato assinado a um de Janeiro, a respectiva renda foi emitida, no entanto: -----

--- A fracção deveria ser pintada, tendo o Departamento de Obras Municipais entregue a tinta a vinte e nove de Janeiro; -----

--- O titular do contrato vem agora entregar a chave, considerando-se que deve ser equacionada a hipótese de anulação das rendas uma vez que efectivamente a fracção não foi ocupada”.-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Manuel Afonso, deliberou, por unanimidade, concordar com a anulação das rendas, em conformidade com o sugerido na informação atrás transcrita. -----

--- **PROPOSTA** – **FUNDO DE CAIXA** – Pelo **Director do Departamento Administrativo e Financeiro** foi presente a seguinte proposta: -----

--- “A exigência de limitação em numerário em caixa, não só é uma medida cautelar e protectora dos activos monetários, como é normalmente considerado como um bom acto de gestão de Tesouraria.-----

--- Nos termos do ponto dois.nove.dez.um.um do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) e dado que é da competência do Órgão Executivo definir o montante do numerário existente em caixa no momento do encerramento diário, venho propor a Vossa Excelência que seja fixado o valor de seis mil euros, como máximo, respeitando-se um mínimo de três mil euros, a fim de satisfazer atempadamente pequenos e pontuais encargos da Autarquia.-----

--- Estes montantes passam a ser fixados anualmente, podendo ser alterados pelo Órgão Executivo sempre que se torne necessário” .-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.-----

--- **RECONSTRUÇÃO DO BAIRRO DEZASSEIS DE MARÇO** – Pelo **Arquitecto Assessor Principal**, Humberto Cordeiro Martinho, foi presente a informação número vinte, de dois do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “No passado mês de Abril foi efectuada uma reunião no Instituto Nacional de Habitação para se tratar do assunto relacionado com a reconstrução do Bairro Dezasseis de Março.-----

--- Esteve na reunião por parte do Instituto Nacional de Habitação, o Engenheiro Carlos Pereira, por parte da Câmara esteve o senhor Vereador Engenheiro Manuel Afonso e o subscritor desta informação.-----

--- Foi-nos referido, pelo Instituto Nacional de Habitação, que a melhor solução seria a Câmara vender o terreno do actual Bairro Dezasseis de Março a uma empresa construtora com a condição dessa empresa construir um novo bairro no lugar do actual, o qual, depois, seria vendido à Câmara pelo preço estabelecido para a construção de habitação social. Como este preço de venda está limitado, pela lei, e é um preço baixo, que se situa em cerca de quatrocentos e vinte e dois euros por metro quadrado, não há possibilidade da empresa construtora especular, mais tarde, com a venda das habitações à Câmara, porque o preço da venda à Câmara é estabelecido no acto de venda do terreno à empresa.-----

--- É claro que a venda do terreno e a escolha da empresa construtora seria efectuada por via de concurso.-----

--- Esta é uma solução que o Instituto Nacional de Habitação apoia financeiramente nas seguintes condições:-----

--- UM - Quarenta por cento do valor do empreendimento será dado à Câmara a fundo perdido-----

--- DOIS – Quarenta por cento do valor do empreendimento será da responsabilidade da Câmara e, conseguido por via de empréstimo que a Câmara efectuará junto da Banca, com o apoio do Instituto Nacional de Habitação e com uma taxa de juro bonificado em sessenta por cento.-----

--- Assim, se a taxa de juro normal for de quatro por cento a Câmara pagará apenas uma taxa de juro de um virgula seis por cento.-----

--- TRÊS – Vinte por cento do empréstimo serão capitais próprios da Câmara .-----

--- Todo este processo será controlado pelo Instituto Nacional de Habitação.-----

--- Foi-me referido que solução idêntica foi desenvolvida recentemente pela Câmara de Torres Novas. Contactada a Câmara de Torres Novas, na pessoa do senhor Vereador da área, foi-nos referido que fizeram um processo semelhante o qual correu bem, tendo a Câmara ficado satisfeita com a solução implementada.-----

--- Esta solução parece-me a solução ideal para que a Câmara de forma definitiva resolva o problema da recuperação do Bairro 16 de Março que se encontra em avançado estado de degradação.-----

--- Como quarenta por cento do financiamento será a fundo perdido isto representa quarenta por cento das habitações efectuadas serão dadas, à Câmara, de forma gratuita pelo Estado”.-----

--- Após larga troca de impressões a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a solução preconizada na informação atrás transcrita.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Soares Cruz e José Andrade.-----

--- **CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO - ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número setenta e seis – DET, de onze do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Em reunião do Executivo Municipal de vinte e um do mês findo, foi deliberado proceder à abertura do concurso da obra em epígrafe, cuja estimativa de custos é de

quinientos e sessenta e cinco mil euros, encontrando-se a mesma inscrita no Plano Plurianual de Investimentos.-----

--- O prazo de execução desta obra é de três anos. -----

--- Com vista ao lançamento do respectivo concurso vimos apresentar o anúncio do concurso, programa de concurso, caderno de encargos e propor as seguintes comissões:-

--- Comissão de Abertura:-----

--- Presidente: Dr. Carlos Fernandes. Director de Departamento-----

--- Vogal: Engenheiro Leonardo Figueiredo – Chefe de Divisão-----

--- Vogal: Dr.ª Maria Vicente – Técnica Superior de Gestão de Empresas -----

--- Secretária: Ana Bento – Chefe de Secção-----

--- Comissão de Análise: -----

--- Presidente: Engenheiro Leonardo Figueiredo – Chefe de Divisão-----

--- Vogal - Engenheiro João Paulo Coelho – Engenheiro Civil-----

--- Vogal - Maria de Fátima Santos – Chefe de Repartição.” -----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Soares Cruz, aprovar o anúncio de concurso, programa de concurso e caderno de encargos, bem como concordar com as comissões de concurso propostas na informação atrás transcrita.

--- Não se encontrava presente na sala, durante e apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador José Andrade. -----

--- **OBRA DA SEGUNDA FASE DO RESTAURANTE DAS PORTAS DO SOL – ESPLANADA – ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo Coordenador do Gabinete de **Projectos Municipais**, Arquitecto José Augusto Rodrigues, foi presente a informação número trinta e sete, de nove do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Encontrando-se concluídas as medições e orçamento do projecto relativo à segunda fase da obra do restaurante das Portas do Sol, encontram-se criadas as condições para lançamento do respectivo concurso. -----

--- Face ao valor previsto na orçamentação e tendo em conta as tarefas a executar na sala polivalente o custo da obra a concursar orça cento e dez mil e quatro euros e quatro cêntimos. -----

--- Face ao previsto no Artigo cento e vinte e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, sugere-se o procedimento de concurso limitado com convite a um conjunto de empresas, sugerindo-se, entre outras que venham a ser determinadas: -----

--- EDICON, Limitada-----

--- LISTORRES, Limitada -----

--- ECOEDIFICA, SA -----

--- PERSAREL, Limitada -----

--- BRERA, Limitada -----

--- Esta obra encontra-se prevista em Grandes Opções do Plano para dois mil e três, com o objectivo três; Programa quarenta e dois; Projecto dois mil e dois/trezentos e vinte e cinco, pelo que se coloca à consideração superior a respectiva cabimentação e abertura do concurso.” -----

--- Após alguma troca de impressões, a Câmara, sob proposta do senhor Vereador Joaquim Neto, deliberou, por unanimidade, concordar com a abertura de concurso limitado, aprovando programa de concurso e caderno de encargos, devendo consultar-se, além das empresas já indicadas na informação, mais três empresas do Concelho de Santarém.-----

--- **ESTRADA NACIONAL TREZENTOS E SESSENTA E CINCO (FONTAÍNHAS) – BENEFICIAÇÃO/RECUPERAÇÃO DO TROÇO ENTRE O QUILOMETRO TRINTA E SETE MAIS TREZENTOS E CINQUENTA E O QUILOMETRO TRINTA E OITO MAIS SEISCENTOS E VINTE – ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo Departamento de Obras Municipais foi presente a informação número cinquenta e três – DET, de treze de Março último, do seguinte teor:

--- “O projecto da obra da Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco (Fontaínhas) – Beneficiação/Recuperação do troço entre o quilómetro trinta e sete mais trezentos e cinquenta e o quilómetro trinta e oito mais seiscentos e vinte foi aprovado em reunião do Executivo Municipal de trinta e um de Outubro de dois mil e um, cuja estimativa de custos é de oitocentos mil euros.-----

--- A acção encontra-se inscrita no Plano Plurianual de Investimentos, tendo sido cabimentada em vinte e dois de Janeiro de dois mil e três com uma verba de quatrocentos e vinte e sete mil cento e vinte euros. -----

--- O prazo de execução da empreitada previsto é de cento e oitenta dias.-----

--- Com vista ao lançamento do respectivo concurso vimos apresentar o anúncio de concurso, programa de concurso, caderno de encargos e propor as seguintes Comissões:

--- **Comissão de Abertura:**-----

--- Presidente – Dr. Carlos Fernandes, Director de Departamento -----

--- Secretário – Engenheiro Leonardo Figueiredo, Chefe de Divisão -----

--- Vogal – Dr. José António Torrão, Jurista -----

--- Vogal – Dr.ª Maria Vicente, Técnico Superior -----

--- Secretária – Ana Bento, Chefe de Secção -----

--- **Comissão de Análise:**-----

--- Presidente – Engenheiro Leonardo Figueiredo, Chefe de Divisão-----

--- Vogal - Engenheiro João Paulo Coelho, Técnico Superior -----

--- Vogal – Maria de Fátima Santos, Chefe de Repartição.” -----

--- O **Director do Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Considerando os necessários procedimentos administrativos e os respectivos prazos mínimos, a abertura do concurso público não implica execução física da obra relativamente a dois mil e três, pelo que a verba cabimentada (quatrocentos e vinte e sete mil cento e vinte euros) é superior à execução financeira possível, provocada pelo desenvolvimento da empreitada.”-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Manuel Afonso, deliberou, por unanimidade, concordar com a abertura de concurso, aprovando os respectivos anúncio de concurso, programa de concurso e caderno de encargos e concordando com as comissões de concurso propostas. -----

--- O senhor Vereador Soares Cruz proferiu a seguinte declaração de voto:-----

--- “Votei favoravelmente porque não me apercebi da votação. De qualquer das maneiras votaria contra. Não contra a obra mas contra a constituição da Comissão de Abertura.” -----

--- **IMPLEMENTAÇÃO DA FILEIRA DE RECICLAGEM DE MONOS NAS FREGUESIAS RURAIS – SITUAÇÃO DA FREGUESIA DA MOÇARRIA** – Pela

Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida – Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos, foi presente a informação número trinta e sete, de trinta do mês findo, do seguinte teor: -

--- “O Programa de implementação da fileira de reciclagem de monos nas freguesias rurais foi proposto na Informação número vinte e seis/dois mil, de vinte e um de Fevereiro de dois mil, a qual tem exarado o despacho do senhor Vereador Hermínio Martinho no sentido de concordar com o programa. Posteriormente na informação número oitenta e seis/dois mil, de catorze de Junho de dois mil, foi proposto o incentivo de setecentos e trinta e sete euros e doze cêntimos mais IVA (cento e quarenta e sete mil setecentos e oitenta escudos mais IVA) para que as Juntas de Freguesia aderissem às condições estabelecidas de forma a permitir a recolha dos monos e seu encaminhamento para o Ecocentro. Esta informação tem exarado o concordo do senhor Presidente da Câmara.-----

--- Na informação número sessenta e seis/dois mil e dois, de vinte e oito de Março de dois mil e dois, informa-se que a Junta de Freguesia da Moçarria cumpriu os requisitos estabelecidos na informação número oitenta e seis/dois mil, de quatro de Junho de dois mil, pelo que se propôs a transferência da referida verba. O despacho exarado do senhor Vereador Manuel Afonso de doze de Abril de dois mil e dois nesta informação é:

“Concordo. Ao Departamento Administrativo e Financeiro, para proceder em conformidade.” -----

--- Posteriormente, a Junta de Freguesia da Moçarria, no ofício número nove/dois mil e três, vem solicitar a regularização da situação. -----

--- O despacho do senhor Vereador Joaquim Neto de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e três é no sentido de se informar. O Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos informa a dez de Março de dois mil e três a situação, esclarecendo os antecedentes e o senhor Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente envia para a Secção de Contabilidade em onze de Março de dois mil e três. Por fim, a Chefe de Repartição de Contabilidade informa que a competência sobre formas de apoio às freguesias carece de deliberação de Câmara. -----

--- **Tendo em consideração que a Junta de Freguesia cumpriu com o exigido para implementar a fileira de reciclagem de monos, isto é, vedou um espaço aproximadamente de trinta metros quadrados para o armazenamento temporário de monos, o qual tem um portão que permite o acesso do veículo de recolha, e a factura da empresa (EGOREDES) que forneceu a vedação, vem em nome da freguesia da Moçarria, sou de parecer que se deverá transferir o incentivo de setecentos e trinta e sete euros e doze cêntimos mais IVA, submetendo este apoio a deliberação de Câmara.** -----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, transferir o montante de setecentos e trinta e sete euros e doze cêntimos acrescido de IVA, para a Junta de Freguesia da Moçarria. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- **Relatório da auditoria efectuada à Câmara Municipal** – Prestação de esclarecimentos. -----

--- Foi de novo presente o relatório em epígrafe, acompanhado da informação número quinze, de quinze do mês findo, prestada pelo **Director do Departamento Administrativo e Financeiro**, do seguinte teor: -----

--- “Face às questões suscitadas pela senhora Vereadora Hélia Félix na última reunião do Executivo, sobre o assunto em epígrafe, as quais foram extraídas do Relatório acima referido, que pela sua gravidade afectaram a credibilidade do Director e de todos os colaboradores do Departamento, em aditamento à informação já prestada, permita-me V. Ex.^a que esclareça mais em pormenor as questões levantadas em referência à Conta de Gerência de dois mil e um:-----

--- **Um - Falta de evidência sobre as diligências que tenham sido efectuadas para receber a contribuição/doação de noventa mil contos.**-----

--- Não posso concordar dado que para além das duas cartas enviadas ao loteador em vinte de Julho e oito de Agosto de dois mil e um, conforme é referido no Relatório, foi remetida ainda outra carta datada de cinco de Julho de dois mil e dois, para além, de diversas reuniões que entretanto houve entre o referido loteador, o senhor Presidente e o Vereador do Urbanismo, onde o mesmo foi convidado a apresentar propostas para do pagamento da doação em causa. -----

--- **Dois - Divergências encontradas entre os valores registados nos parquímetros e os valores recebidos.**-----

--- Sobre esta questão, desde sempre, houve discrepâncias entre os dois controlos. Quer devido a avaria nas máquinas, tentativa de roubos, introdução de objectos metálicos, moedas estrangeiras, etc..-----

--- Quando existe uma divergência mais acentuada são chamados os técnicos da Resopre para reparar as máquinas. Esta é uma situação que de uma maneira geral afecta a grande parte das Autarquias. -----

--- **Três - Diferenças encontradas nos vencimentos e despesas com o pessoal.**-----

--- Dado que o mapa que é apresentado no Relatório é igual ao nosso que consta da Conta de Gerência, não foi possível detectar a diferença que é referida. -----

--- **Quatro - Os encargos assumidos e não pagos e os encargos assumidos e não cabimentados referem-se aos valores que foram dados conhecimento ao Executivo Municipal.**-----

--- **Cinco - Contas bancárias e empréstimos inscritos em dois mil e um, que não correspondem aos dados fornecidos pelos Bancos.**-----

--- Comparámos as respostas dos bancos com os saldos bancários e empréstimos incluídos na Conta de Gerência de dois mil e um, tendo constatado que os mesmos estavam correctos.-----

--- Não pode ser imputada responsabilidade aos serviços que a empresa Price tenha trocado os bancos a quem solicitou informações como foi o caso do Banco Português do Investimento em vez do BPI, S.A..-----

--- Da mesma forma, não se poderá imputar responsabilidade aos serviços quando se solicitam informações comerciais à Caixa Geral de Depósitos, quando a conta em apreço pertence ao Banco Nacional Ultramarino.-----

--- É o que também aconteceu com a solicitação de informação ao BCP quando apenas temos relações comerciais com o Banco Português do Atlântico.-----

--- **Seis - Ausência de resposta dos Serviços à Auditoria.**-----

--- A este propósito interessa referir que durante o processo de auditoria foi prestada pelos Serviços toda a colaboração solicitada, mesmo nas horas fora de expediente.-----

--- No entanto, relembro que em simultâneo decorreu uma Auditoria da Inspecção Geral de Finanças que provocou um elevado aumento de trabalho nos serviços de Contabilidade.-----

--- Este enorme esforço que nos foi pedido originou, inclusivamente, que surgissem algumas dificuldades de resposta à Inspecção Geral de Finanças, o que provocou uma reunião com o senhor Presidente no sentido de se privilegiar as respostas à Auditoria da Inspecção Geral de Finanças. As diversas solicitações e pedidos de esclarecimentos feitos pela Price foram prestados na altura própria e no posto de trabalho como foi referido em anterior informação.----

--- É o que me cumpre informar, estando disponível para qualquer esclarecimento que achar oportuno solicitar, submetendo à consideração superior do senhor Presidente que esta informação seja dada conhecimento e distribuída ao Executivo Municipal.”-----

--- Sobre este assunto o senhor **Vereador José Marcelino** teceu alguns comentários salientando alguns factos pontuais tendo, a concluir, considerado importante que se sigam algumas das recomendações da empresa, nomeadamente no âmbito da segurança da informática e da criação de um serviço de planeamento e controlo da gestão. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** também teceu algumas considerações relacionadas com os esclarecimentos prestados pelo Director do Departamento. -----

--- O **senhor Presidente** disse considerar fundamental a existência de um órgão de controlo interno, acrescentando estar previsto na proposta de reorganização dos Serviços que irá apresentar.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Cartas de **diversos produtores do sector avícola** dando conhecimento da carta que enviaram ao senhor Ministro da Agricultura, manifestando o seu descontentamento pela forma como estão a ser prejudicados e solicitando intervenção. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número cento e vinte e seis/dois mil e três, de dez de Abril, da **Junta de Freguesia de Vaqueiros** remetendo cópia de “Carta aberta sobre a poluição do Rio Alviela” que endereçaram ao senhor Ministro do Ambiente, Engenheiro Amilcar Theias.

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** manifestou-se preocupada perante as questões levantadas na carta da Junta de Freguesia de Vaqueiros e sugeriu que sejam tomadas medidas em articulação com o Poder Central. -----

--- O **senhor Presidente** referiu já ter desenvolvido contactos neste âmbito e informou que irá levar ao conhecimento do senhor Ministro da Saúde as preocupações relativas ao problema ambiental que se verifica no Rio Alviela e solicitar informações sobre o assunto, designadamente no que se refere ao impacto que esta situação poderá ter ao nível da saúde pública. -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **Assinatura do contrato - promessa de compra e venda com a LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A.** (segundo prédio dos três previstos no Protocolo).-----

--- Sobre este assunto o senhor **Director Administrativo e Financeiro** emitiu a seguinte informação: “Tendo sido visado pelo Tribunal de Contas o Contrato promessa de compra e venda entre esta Autarquia e os senhores Américo Casimiro Maria de Almeida e Maria Leonor Lima Jordão de Almeida, de um prédio misto com a área de cinquenta e seis mil oitocentos e vinte e oito metros quadrados sito no casal da cabrita, para instalação de unidades fabris e, na sequência da solicitação da Empresa LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A., junto anexo para v/ apreciação e demais efeitos a minuta do contrato de Promessa de Compra e Venda a celebrar entre esta Autarquia e a referida empresa.---

--- A Câmara tomou conhecimento, concordando com os termos do contrato promessa, que fica anexo à presente acta (Documento III).-----

--- Carta do senhor **Mário Vasco de Oliveira** tecendo comentários sobre o “Fórum Santarém”.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Biblioteca Municipal de Santarém** – Relatório de Actividades do ano de dois mil e dois.

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Contrato de Factoring** com o **Banco Comercial Português, S.A. Factoring** – cedência de créditos da Empresa **Condop – Construção e Obras Públicas, SA.** -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Contrato de Factoring** do **CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas** com a **EUROGES - Aquisição de Créditos a Curto Prazo, SA.**-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Processos de contra-ordenação** e coimas aplicadas no mês de Março de dois mil e três.

--- Tomado conhecimento. -----

--- Estudo de caracterização social da população imigrante, relativo ao ano de dois mil e dois, elaborado pelo **Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas.** -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Associação de Municípios da Lezíria do Tejo** – Assembleia Intermunicipal realizada no passado dia vinte e nove de Abril de dois mil e três. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Convite da **Câmara Municipal de Belém**, Estado do Pará, convidando o senhor Presidente para participar no Primeiro Intercâmbio Parlamentar, no âmbito do “Projecto Heranças Portuguesas na Amazónia”, que irá decorrer de oito a dezassete de Agosto de dois mil e três. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou uma reunião extraordinária do Executivo Municipal para o dia nove de Maio com início às dezanove horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”: -----

--- Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Marvila** tecendo comentários a propósito do corte da estrada para Alfange sem o seu conhecimento. -----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** prestou os necessários esclarecimentos. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram vinte horas, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----

-----OS VEREADORES-----

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____